



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 679870 - SP (2021/0218060-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : SANDRO HENRIQUE RIGONATO PAULIN E OUTROS  
**ADVOGADOS** : CAIO CEZAR ILARIO FILHO - SP331253  
SIMONI ANTUNES PEIXE ILARIO - SP332744  
SANDRO HENRIQUE RIGONATO PAULIN - SP375815  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JUCELI GONCALVES PALIN (PRESO)  
**PACIENTE** : BENEDITO MIGUEL CARDOSO DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JUCELI GONCALVES PALIN e BENEDITO MIGUEL CARDOSO DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2153493-31.2021.8.26.0000).

Os pacientes foram presos em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei Federal n. 11.343/06, bem como no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

A defesa impetrou *habeas corpus* na origem, cuja ordem sumária foi indeferida pelo desembargador relator do feito.

O impetrante sustenta que a prisão preventiva dos pacientes teria sido decretada sem fundamentação idônea que justificasse a medida, com base apenas na gravidade em abstrato do delito, reputando ausentes os seus requisitos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Destaca que os pacientes são primários, possuem residência fixa e histórico de ocupação lícita, predcados que denotariam a suficiência das medidas cautelares alternativas na hipótese dos autos.

Afirma que nada de ilícito foi encontrado com o paciente Benedito.

Aduz que a paciente Juceli faria jus à substituição do cárcere por recolhimento domiciliar, nos termos do art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva dos pacientes ou, subsidiariamente, a substituição do cárcere por providências cautelares mais brandas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal ou prisão domiciliar, expedindo-se os respectivos alvarás de soltura .

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente